

## SUMÁRIO

---

PREFÁCIO	
Clèmerson Merlin Clève.....	11

### PARTE I

## CONCRETIZAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO

### A ATIVIDADE POLÍTICA DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL BRASILEIRA: ALGUMAS DIMENSÕES

<b>Ana Lucia Pretto Pereira</b> .....	17
1 Introdução.....	17
2 Fundamentos teóricos à atividade política da jurisdição constitucional .....	18
2.1 Justificação institucional .....	18
2.2 Justificação de teoria do direito .....	21
3 Prática jurídica da atividade política da jurisdição constitucional.....	23
3.1 Preliminarmente: autorizações da dogmática constitucional .....	23
3.2 Jurisdição constitucional e a justificação institucional.....	25
3.3 Jurisdição constitucional e a justificação de teoria do direito .....	29
4 Legitimidade democrática por representação, por participação e por argumentação: três dimensões indispensáveis .....	31
5 Considerações finais.....	34
Referências.....	35

### A CONSTITUIÇÃO NORTEADORA DAS PAIXÕES: O PROTAGONISMO JUDICIAL COMO GARANTIA DOS PRÉ-COMPROMISSOS CONSTITUCIONAIS

<b>Sandro Ballande Romanelli</b> .....	37
1 Introdução.....	37
2 O protagonismo dos tribunais .....	38
3 A judicialização da política .....	39
4 Problema: a escolha de políticas públicas pela via judicial é democrática?.....	41
4.1 Um falso problema: Constituições são pré-compromissos a serem mantidos .....	43
4.2 A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição .....	45
4.3 Um risco: a politização do Judiciário.....	48
4.4 O mito da neutralidade: o Judiciário como ator com poder de veto.....	50
5 Conclusões.....	51
Referências.....	52

### PÓS-POSITIVISMO, LEGITIMIDADE E CONTROLE DAS DECISÕES JURISDICIONAIS

<b>Simone Trento</b> .....	53
1 Introdução.....	53
2 Da insuficiência do modelo normativo positivista .....	53

3	A discricionariedade e a adoção de novas regras .....	56
4	Uma única solução correta? .....	58
5	Legitimidade e controle das decisões judiciais .....	59
6	Conclusão.....	67
	Referências.....	68

## CONCRETIZAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGITIMIDADE: IGUALDADE JURÍDICA ENTRE AS CONDIÇÕES DE FATO E DE DIREITO

<b>Júlia Ávila Franzoni</b> .....	69
1 Apresentação.....	69
2 O processo de concretização constitucional .....	70
2.1 A dimensão semântica: normatividade materialmente estruturada e dupla contingência.....	71
2.2 A dimensão pragmática: abertura interpretativa e manutenção do dissenso .....	75
3 O caso brasileiro: o processo de “desconcretização” constitucional.....	78
3.1 Parâmetro: Constituição como acoplamento estrutural entre política e direito no Estado de Direito Democrático e Social.....	79
3.2 Desparametrização: Constituição simbólica e a subintegração social.....	82
4 Subintegração e cidadania: a dupla contingência do princípio da igualdade como condutora da ação política .....	84
5 Considerações finais: igualdade entre factibilidade e justiça.....	87
Referências.....	89

## PARTE II

### DISCURSIVIDADE, CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA

#### DISCURSO DECISÓRIO E DEMOCRACIA: UMA PERSPECTIVA RETÓRICA

<b>Rubens Hess Marins de Souza</b> .....	93
1 Introdução.....	93
2 Retórica jurídica: caracterização .....	94
3 Gêneros do discurso retórico .....	98
4 Os gêneros retóricos e o discurso judicial decisório.....	99
5 Funções do discurso retórico .....	101
6 Os auditórios normativos do discurso judicial decisório .....	103
7 Elementos do discurso retórico .....	109
8 Os elementos retóricos no discurso judicial decisório .....	111
9 Conclusão.....	115
Referências .....	116

#### ALGUMAS PROVOCAÇÕES SOBRE A HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

<b>Flavio Antônio da Cruz</b> .....	119
1 Introdução.....	119
2 O mito da absoluta separação entre direito e política.....	122
3 Interpretação jurídica.....	125
4 A inexorável busca de métodos interpretativos.....	127
5 Algumas provocações quanto ao estado atual da hermenêutica .....	136
6 Interpretação e analogia: liame indissociável.....	139
7 Círculo hermenêutico, pré-compreensão e horizonte de sentidos.....	143
8 Dogma da resposta correta.....	149

9	Alguns construtos regulativos.....	152
10	Contribuições de Viola e Zaccaria.....	155
11	E como fica a interpretação?.....	159
	Referências.....	164
	Bibliografia complementar consultada.....	168

## O CONTROLE PROCEDIMENTAL DAS DECISÕES JUDICIAIS PAUTADAS EM PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

<b>Mauro Sergio Rocha</b> .....	171	
1	Introdução.....	171
2	Neoconstitucionalismo(s).....	172
3	A normatividade dos princípios constitucionais.....	175
3.1	A diferente plasticidade dos princípios constitucionais.....	177
3.2	A maior criatividade do intérprete/aplicador no manejo dessa espécie normativa....	179
4	A necessidade de controle das justificações judiciais.....	181
5	As diferentes interpretações e a análise de casos concretos.....	183
6	O controle de constitucionalidade das decisões judiciais.....	186
6.1	Controle procedimental das decisões judiciais pautadas em princípios constitucionais.....	187
6.2	O Supremo Tribunal Federal como órgão jurisdicional mais indicado para o exercício desse controle.....	191
7	A clareza e a previsibilidade na aplicação dos princípios constitucionais.....	192
8	Como compatibilizar o controle procedimental com o tempo do processo?.....	194
9	Há preservação da liberdade do intérprete em situações distintas?.....	195
10	Considerações finais.....	197
	Referências.....	197

## O STF ACORRENTADO E LIBERTO: UM ENSAIO SOBRE A INTERTEXTUALIDADE CONSTITUCIONAL

<b>Bruno Meneses Lorenzetto</b> .....	203	
1	Considerações iniciais.....	203
2	O caso difícil: Raposa Serra do Sol.....	204
3	Ulisses acorrentado e liberto: sobre pré-compromissos e o papel da Suprema Corte.....	208
3.1	Ulisses e as sereias.....	208
3.2	Ulisses liberto.....	210
4	O debate entre gerações.....	213
5	A intertextualidade constitucional.....	218
6	Considerações finais.....	221
	Referências.....	223

## PARTICIPAÇÃO POPULAR NA TEORIA CONSTITUCIONAL: CONCRETIZAÇÃO (E SUPERAÇÃO?) DA CONSTITUIÇÃO

<b>Felipe Bley Folly</b> .....	225	
1	Sobre tensões iniciais.....	225
2	Poderes atribuídos; poderes exercidos.....	228
3	Breve excursão sobre “ <i>Quem participa?</i> ” e “ <i>Quem decide?</i> ”.....	232
4	Constituição concretizada; Constituição superada.....	236
	Referências.....	239

PARTE III

A CONSTITUIÇÃO PLURAL EM UMA SOCIEDADE COMPLEXA:  
ALGUNS DESAFIOS PARA AS TEORIAS DA JUSTIÇA

A RELATIVIDADE DA JUSTIÇA E A IMPORTÂNCIA DO DEBATE AO  
INTERIOR DOS ESTADOS CONSTITUCIONAIS DEMOCRÁTICOS

<b>Diana Carolina Valencia Tello</b> .....	243
1 Introdução.....	244
2 A relatividade da justiça.....	244
3 “Uma teoria da justiça” de John Rawls.....	246
4 A crítica do liberalismo clássico.....	249
5 A crítica comunitária.....	250
5.1 Charles Taylor.....	251
5.2 Michael Sandel.....	252
5.3 Michael Walzer.....	254
5.4 Alasdair MacIntyre.....	254
5.5 Young, um ponto de vista feminista.....	256
5.6 Habermas e a importância do diálogo.....	256
6 Pontos em comum e discordâncias entre Rawls e os comunitaristas: a importância do debate e a reeducação ao interior do Estado.....	257
7 Considerações finais.....	259
Referências.....	260

ENTRE CONSTITUIÇÃO E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO CONTROLE DE  
CONSTITUCIONALIDADE BRASILEIRO

<b>Bruno Sousa de Lima</b> .....	263
1 Introdução.....	263
2 O controle de constitucionalidade.....	263
2.1 O controle difuso de constitucionalidade.....	264
2.2 O controle abstrato de constitucionalidade.....	265
2.3 O controle misto de constitucionalidade.....	266
3 Entre Constituição e democracia.....	267
3.1 A tensão entre constitucionalismo e democracia.....	267
3.2 A proposta liberal.....	269
3.3 A proposta comunitária.....	274
3.4 A proposta discursivo-deliberativa.....	276
4 A jurisdição constitucional entre Constituição e democracia.....	278
5 Conclusão.....	283
Referências.....	284

MULTICULTURALISMO: APONTAMENTOS SOBRE AS RELAÇÕES COM O  
LIBERALISMO E COM O COMUNITARISMO E ALGUNS TRAÇOS SOBRE A  
CONCEPÇÃO PROPOSTA POR TARIQ MODOOD

<b>Paulo Henrique Dias Drummond</b> .....	287
1 Introdução.....	287
2 O comunitarismo.....	288
3 Principais críticas comunitaristas.....	291
3.1 Concepção de pessoa.....	291



3.2	Descontinuidade entre moral e política – Separação entre o público e o privado.....	293
3.3	Neutralidade do Estado.....	293
3.4	Primazia dos direitos .....	294
3.5	A ideia de justiça.....	294
4	Algumas conclusões sobre o debate entre comunitaristas e liberais .....	295
	○ multiculturalismo.....	296
6	Alguns aspectos do multiculturalismo de Tariq Modood.....	298
6.1	Cultura ou diferença?.....	299
6.2	A possibilidade de uma política multicultural que independa da avaliação de determinada cultura.....	299
6.3	Multiculturalismo e religião – Secularismo liberal: uma crítica à concepção de Kymlicka.....	300
7	Algumas conclusões.....	301
	Referências.....	302

## O DESAFIO DAS COTAS DE REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO LEGISLATIVO BRASILEIRO A PARTIR DE UM ENFOQUE FEMINISTA

<b>Helena Schiessl Cardoso</b> .....	303	
1	Feminismo e teoria da justiça: esboçando as principais críticas feministas em relação às teorias políticas centrais.....	303
2	Justiça como empoderamento e democracia comunicativa: a reflexão crítica de Iris Marion Young .....	308
3	A representação política das mulheres no legislativo brasileiro: qual o alcance das cotas? .....	313
	Referências.....	318

## O DIREITO SOCIAL À MORADIA *VERSUS* A (IM)PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR: BREVES APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE O UTILITARISMO E A ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

<b>Micheli Mayumi Iwasaki</b> .....	319	
1	Introdução.....	319
2	O caso concreto .....	320
3	O direito à moradia .....	321
4	A exceção legal à impenhorabilidade do bem de família .....	322
5	Breves considerações teóricas sobre o utilitarismo e o caráter utilitarista da decisão do STF.....	323
6	Economia e Direito .....	329
7	A crítica ao utilitarismo e a análise econômica do Direito.....	331
8	Considerações finais.....	333
	Referências.....	334

## REGRESSO AO FUTURO: RETORNO AO REPUBLICANISMO

<b>José Arthur Castillo de Macedo</b> .....	337	
1	Introdução.....	338
2	Algumas contribuições históricas .....	339
3	O retorno contemporâneo ao republicanismo.....	350
4	Digressão: republicanismo e liberalismo: um matrimônio feliz? .....	356
5	Considerações finais.....	361
	Referências bibliográficas.....	364
	Referências consultadas .....	367

JUSTIÇA E DEMOCRACIA: O LIBERALISMO IGUALITÁRIO DE JOHN RAWLS,  
O PROCEDIMENTALISMO DE JÜRGEN HABERMAS E A PROPOSTA DE  
CARLOS SANTIAGO NINO

Miguel Gualano de Godoy.....	369
1 Introdução.....	369
2 Um breve olhar sobre a obra <i>Uma teoria da justiça</i> de John Rawls.....	370
2.1 Algumas críticas à teoria da justiça de Rawls .....	376
2.2 O liberalismo político de Rawls e os ajustes à sua teoria da justiça.....	377
2.3 A aproximação entre justiça e democracia deliberativa em John Rawls .....	378
3 O modelo de democracia procedimental de Jürgen Habermas.....	379
3.1 Razão comunicativa e democracia deliberativa .....	381
3.2 Estado de Direito, soberania popular e democracia deliberativa.....	382
4 A democracia deliberativa segundo Carlos Santiago Nino.....	383
4.1 A leitura comparativa de Carlos Santiago Nino das propostas de John Rawls Jürgen Habermas .....	384
4.2 A democracia deliberativa para além de John Rawls e Jürgen Habermas.....	387
4.3 O valor epistêmico da democracia: a decisão majoritária e os argumentos que não podem ser utilizados.....	388
4.4 Algumas possibilidades da democracia deliberativa de Carlos Santiago Nino.....	392
5 Considerações finais.....	395
Referências.....	396
SOBRE OS AUTORES .....	399